



Estado do Ceará
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMOCIM

Camocim, 14 de Outubro de 2016

Senhor Presidente,

Estamos encaminhando em anexo CD-R, contendo o **Relatório Gestão Fiscal - RGF** relativo ao **2º Quadrimestre** do relatório do exercício financeiro de 2016, em conformidade com a determinação legal da LC 101/2000, nos modelos instituídos pela Secretaria do Tesouro Nacionais - STN, e no formato da Instrução normativa 02/2008 dessa egrégia Corte de Contas.

Aproveitamos a oportunidade para reiterarmos protestos de elevada estima e consideração.

MARIA IRACILDA RODRIGUES
PRESIDENTE

Ao Exmo.,
Dr. Francisco de Paula Rocha Aguiar
DD. Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios.
Fortaleza - Ceará



Estado do Ceará
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMOCIM

Camocim, 14 de Outubro de 2016

Senhor Presidente,

Estamos encaminhando em anexo CD-R, contendo o **Relatório Gestão Fiscal - RGF** relativo ao **2º Quadrimestre** do relatório do exercício financeiro de 2016, em conformidade com a determinação legal da LC 101/2000, nos modelos instituídos pela Secretaria do Tesouro Nacionais - STN, e no formato da Instrução normativa 02/2008 dessa egrêgia Corte de Contas.

Aproveitamos a oportunidade para reiterarmos protestos de elevada estima e consideração.

MARIA IRACILDA RODRIGUES
PRESIDENTE

Ao Exmo.,
Dr. Francisco de Paula Rocha Aguiar
DD. Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios.
Fortaleza - Ceará



Estado do Ceará
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMOCIM

CERTIDÃO DE DIVULGAÇÃO

Período: **2º Quadrimestre de 2016**

Relatório: **Relatório Gestão Fiscal - RGF**

Data da Publicação: **30 de Setembro de 2016.**

Local: **Flanelógrafo e Internet.**

Certifico que o Relatório supracitado, de acordo com a Lei Complementar N.º 101/2000, foi afixado no Flanelógrafo deste Órgão e nos sítios da internet www.camaramunicipaldecamocim.ce.gov.br e www.contabilidademunicipal.com.br, conforme estabelece a legislação vigente, Art. 28 Inciso X da Constituição Estadual do Ceará, Lei Complementar 131/2009 e Lei 12.527/2011.

Camocim, em 30 de Setembro de 2016.

MARIA IRACILDA RODRIGUES
PRESIDENTE

RGF-ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a')

R\$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS | |
|--|---------------------|---|
| | (Últimos 12 Meses) | |
| | Liquidadas (a) | Inscritas em restos a pagar não processados (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 1.824.910,72 | 0,00 |
| Pessoal ativo | 1.813.930,72 | 0,00 |
| Pessoal inativo e pensionista | 10.980,00 | 0,00 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (Par. 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 |
| DESPESA NÃO COMPUTADAS (parag. 1o. do art. 19 da LRF) (II) | 0,00 | 0,00 |
| Indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária | 0,00 | 0,00 |
| Decorrentes de decisão judicial de período anterior ao da apuração | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de exercícios anteriores de período anterior ao da apuração | 0,00 | 0,00 |
| Inativos e pensionistas com recursos vinculados | 0,00 | 0,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 1.824.910,72 | 0,00 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV) | 106.636.524,98 | 100,00 % |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb) | 1.824.910,72 | 1,71 % |
| LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) | 6.398.191,50 | 6,00 % |
| LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 6.078.281,93 | 5,70 % |
| LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do Par. 1º do art. 59 da LRF) | 5.758.372,35 | 5,40 % |

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Camocim - DATA DA EMISSÃO: 14/10/2016 - HORA DA EMISSÃO: 15:49:25

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da lei 4.320/64

MARIA IRACILDA RODRIGUES
PRESIDENTE DA CAMARA

CLEVERSON GONÇALVES XIMENES
Contador

MARIA IRACILDA RODRIGUES
PRESIDENTE DA CAMARA

ANA KELLE DE ARAUJO PAIVA LOPES
CONTROLADORA